



**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2023

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MONITORAMENTO ELETRÔNICO, COM
APOIO DE PATRULHAMENTO MOTORIZADO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS E A
PESSOA JURÍDICA EMPRESA ALAGOANA DE
TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA.**

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, CNPJ nº 12.472.734/0001-52, com sede na Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, na cidade de Maceió-AL, CEP 57025-400, doravante denominado **CONTRATANTE**, representada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, brasileiro, casado, portador do Registro Geral/CPF sob o nº 341.024.424-72, residente e domiciliado na cidade de Maceió/AL.

CONTRATADA: EMPRESA ALAGOANA DE TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.315.640/0001-59, estabelecida na Rua Elisio de Carvalho, nº 47, Jaraguá – Maceió/AL, denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, Sr. LUIZ FERNANDO BRUSCHI, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1728661 SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 008.066.424-59, residente e domiciliado em Maceió/AL.

RESOLVEM celebrar o primeiro termo aditivo ao contrato nº 14/2023, para contratação de prestação de serviços de monitoramento eletrônico, com apoio de patrulhamento motorizado, na forma do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, atualizado, nos moldes do Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022. Possibilidade de contratação direta pelo menor preço, consoante as disposições do Processo GED nº 20.08.1296.0000228/2024-87, celebrar este termo, mediante as cláusulas e condições adiante descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 14/2023, pelo prazo de doze (12) meses, que tem como objeto a contratação dos serviços de Monitoramento Eletrônico, com apoio de patrulhamento motorizado, conforme condições e exigências estabelecidas.

1.2. A prorrogação de vigência será contada de 25/10/2024 a 24/10/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor permanece em **R\$ 16.920,00** (dezesseis mil novecentos e vinte reais).



**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2024-2027, no Programa de Trabalho: 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO - 000761 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO, Natureza de despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, suprarreferido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. As questões decorrentes da execução deste termo aditivo que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Maceió/AL, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maceió/AL, data da última assinatura digital.

Pela Contratante:

LEAN ANTONIO FERREIRA
DE ARAUJO:34102442472
Assinado de forma digital por LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO:34102442472
Dados: 2024.10.17 10:36:59 -03'00'
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

Pela Contratada:

Documento assinado digitalmente
 LUIZ FERNANDO BRUSCHI
Data: 17/10/2024 10:14:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUIZ FERNANDO BRUSCHI
Representante legal – Empresa Alagoana de Tecnologia em Serviços Ltda

TESTEMUNHAS:

1)Nome : _____
CPF: KRYSTHIAN WILLIAMSON
PINHEIRO SOARES DA
SILVA:03312192471
Assinado de forma digital por KRYSTHIAN WILLIAMSON PINHEIRO SOARES DA SILVA:03312192471
Dados: 2024.10.17 10:11:07 -03'00'

2)Nome : _____
CPF: _____



se. Publique-se. Intime-se

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 10.2024.00000876-0
Inspeção Permanente – 1ª Procuradoria de Justiça Cível
Interessado: Corregedoria Geral

Unidade Ministerial: 33ª Promotoria de Justiça da Capital

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Assessoria Técnica e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 10.2024.00000861-5
Inspeção Permanente – 5ª Procuradoria de Justiça Criminal
Interessado: Corregedoria Geral

Unidade Ministerial: Promotoria de Justiça de Girau do Ponciano

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Assessoria Técnica e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se

Secretaria-Geral da Corregedoria-Geral, em Maceió, 17 de outubro de 2024.

Diretoria Geral

Seção de Contratos

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024

Processo GED nº 20.08.1290.0001432/2024-67 – Pregão Eletrônico nº 90003/2024

Órgão Gerenciador: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Fornecedor: L A DE B PALLADINO (CNPJ nº 40.820.403/0001-00).

Do Objeto: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços contratação de gêneros alimentícios.

Do Preço registrado:

Item	Especificações Mínimas	Unidade	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
2	Açúcar Tipo cristal, obtido da cana-de-açúcar, com teor de sacarose mínimo de 99,50%. Isento de sujidades, parasitas, materiais ferrosos e detritos animais ou vegetais, com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Marcas de referência: Caetés, Coruripe, União, Pindorama ou superior	1 kg	1650	R\$ 4,20	R\$ 6.930,00
3	Adoçante Líquido, composto de sucralose, com validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Assugrin, Maratá, Zero Cal ou superior.	100 mililitros	156	R\$ 4,05	R\$ 631,80
TOTAL GERAL				R\$ 7.561,80	

Da Vigência: A validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze meses), contados a partir da data da sua publicação no PNCP, podendo ser prorrogada.

Data da assinatura: 17/10/2024.

Signatários: Lean Antônio Ferreira de Araújo (Procurador-Geral de Justiça); Luana Amaro de Brito Palladino (Representante legal do Fornecedor).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2023

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Empresa Alagoana de Tecnologia em Serviços Ltda (CNPJ nº 24.315.640/0001-59)

Do Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 14/2023, pelo prazo de doze (12) meses, que tem como objeto a contratação dos serviços de Monitoramento Eletrônico, com apoio de patrulhamento motorizado, conforme condições e exigências estabelecidas. A prorrogação de vigência será contada de 25/10/2024 a 24/10/2025.

Do Valor: O valor permanece em R\$ 16.920,00 (dezesseis mil novecentos e vinte reais).

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, suprarreferido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e



efeitos de direito.

Data da assinatura: data da última assinatura digital.

Signatários: Lean Antônio Ferreira de Araújo (Procurador-Geral de Justiça); Luiz Fernando Bruschi (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 03/2024

Partes: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52); AESA Ensino Superior de Alagoas Ltda - FACIMA (CNPJ nº 11.918.109/0001-29).

Do Objeto: Constitui objeto do presente Acordo a concessão de Estágio de Complementação de Ensino Aprendizagem, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos Cursos Superiores ministrados pela Faculdade Pio Décimo de Canindé de São Francisco, propiciando aos referidos estudantes treinamento prático e aperfeiçoamento técnico, cultural, científico, pedagógico e relacionamento humano.

Da Vigência: Este instrumento terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de sua assinatura.

Dos Recursos Financeiros: Não está previsto o repasse de recursos financeiros. Cada partícipe arcará com o ônus em conformidade com as responsabilidades assumidas no Acordo de Cooperação Técnica.

Data da assinatura: 17/10/2024.

Signatários: Lean Antônio Ferreira de Araújo (Procurador-Geral de Justiça); Marcus Rômulo Maia de Mello (Diretor da ESMPAL) e Márcio Roberto Bico (Diretor-Geral – FACIMA).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024

Processo GED nº 20.08.1290.0001432/2024-67 – Pregão Eletrônico nº 90003/2024

Órgão Gerenciador: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Fornecedor: CAFÉ COLISEU LTDA (CNPJ nº 42.619.993/0001-24).

Do Objeto: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços contratação de gêneros alimentícios.

Do Preço registrado:

Item	Especificações Mínimas	Unidade	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	Café Superior torrado moído, em pó homogêneo, constituído de grãos arábica, podendo conter até 15% de grãos conillon, isentos de grãos pretos-verdes ou fermentados, escala sensorial entre 6,0 a 7,2 pontos, com no máximo 1% de impurezas, 0% de outros produtos e até 5% de umidade, com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega, embalagem alto-vácuo, devendo obedecer todas as normas vigentes, não descafeinado e graduação de intensidade do sabor forte. Marcas de referência: Três Corações (Estrada Real Premium), Pretinho, Santa Clara (Premium), São Bráz (Coffee Shop Premium) ou superior.	250 g	6400	R\$ 8,19	R\$ 52.416,00

Da Vigência: A validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze meses), contados a partir da data da sua publicação no PNCP, podendo ser prorrogada.

Data da assinatura: 17/10/2024.

Signatários: Lean Antônio Ferreira de Araújo (Procurador-Geral de Justiça); Tiago Lopes da Encarnação (Representante legal do Fornecedor).

Promotorias de Justiça

Atos diversos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COORDENAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INFORME DE DISTRIBUIÇÃO – SETEMBRO/2024

A Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Estadual informa que, no mês de setembro de 2024, foram distribuídos os seguintes procedimentos extrajudiciais:

02.2024.00008045-2 – Suposta violação de dados pessoais pela Secretária de Educação do Estado de Alagoas – 19ª PJC